



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro¹

Augusto João Moretti Junior²

O homem medieval e os usos da história:

a Crónica de Alfonso X

The medieval man and the uses of history: the *Crónica de Alfonso X*

Resumo:

A crônica medieval, enquanto gênero literário, foi um dos escritos mais comuns utilizados para narrar e registrar os acontecimentos históricos durante a Idade Média. Dessa forma, as crônicas hispânicas, ao longo do tempo, se apropriaram de discursos históricos a fim de construir narrativas que atendessem a seu contexto político. No caso castelhano-leonês, destaca-se a *Crónica de Alfonso X* na condição de documento histórico-literário, que se consolidou como propaganda legitimadora para o poder monárquico. Além do caráter histórico de recuperação documental, o cronista faz usos de uma narrativa literária para criar uma representação político-social que fosse capaz de legitimar o poder de Alfonso XI, no século XIV, momento em que se busca a centralização do poder.

Palavras- chave:

Crônica medieval; legitimação política; Alfonso X.

Abstract:

As a literary genre, the medieval chronicle was one of the most common methods of narrating and recording historical events during the Middle Ages. Therefore, over time the Hispanic chronicles have integrated historical methods and discourses in order to construct narratives that would be used by political context in which they were inserted. In the case of Castilla and Leon context, the Chronicle of Alfonso X stands out as a historical-literary document that has acquired the role of a propaganda for monarchical power legitimization. In addition to its role as a document of historical resume, the chronicler makes use of a literary narrative in order to create a social and political representation of society that would legitimize the power of Alfonso XI in the fourteenth century, when the latter aims for the centralization of power.

Keywords:

Medieval chronicle; political legitimation; Alfonso X.

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Graduado e Mestre em História pela mesma universidade. Membro do Laboratório de Estudos Medievais/ LEM. E-mail: laor.luiz@hotmail.com.

² Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Graduado e Mestre em História pela mesma universidade. Docente do curso de Licenciatura em História da Unicesumar. Docente da Faculdade Santa Maria da Glória (SMG) de Maringá nas disciplinas de História Contemporânea e História Medieval. Membro do Laboratório de Estudos Medievais/ LEM. E-mail: augustomoretti@hotmail.com.

1. Introdução

Pensar acerca dos usos e abusos da história medieval é um desafio aos pesquisadores, especialmente se levarmos em consideração toda a produção posterior a este período, ligada diretamente às revoluções historiográficas assistidas nos últimos séculos, principalmente com o advento da Escola dos *Annales*, responsável por ampliar as possibilidades de discussões e análises.

Esses usos da história medieval, geralmente, nos reportam a períodos posteriores à Idade Média, seja pelas revisões documentais, seja pela descoberta de outras fontes que permitem repensar a própria história. Objetivamos, no entanto, refletir acerca dos usos e abusos do homem medieval sobre sua própria história, ou seja, a forma como o homem medieval utilizou a narrativa como objeto de manipulação política.

Tomamos como fonte para este trabalho a *Crónica de Alfonso X*, analisando a sua função social no contexto em que foi produzida. Quando refletimos sobre as fontes escritas medievais, especificamente para o caso das crônicas, é preciso considerar suas particularidades no que diz respeito aos autores, período de elaboração, intencionalidade da obra e possíveis compilações documentais.

Desta forma, para melhor compreender os processos de legitimação política realizados pela *Crónica de Alfonso X* no século XIV, nosso trabalho se divide em duas partes principais. A primeira possui um caráter teórico, que, por sua vez, também se desdobra em duas. Em um primeiro momento, realizaremos uma abordagem teórica acerca da relação entre a história e a narrativa, com o intuito de entender como as narrativas são produtos e produtoras da história, por isso, abordamos elementos teóricos-metodológicos necessários para trabalhar com os documentos propostos.

No segundo momento, ainda relacionado à teoria da história, apontamos os aportes teóricos necessários para compreender as crônicas medievais como instrumentos de resignificação dos fatos, episódios e personagens para atender uma demanda de seu tempo, no nosso caso, compreender como o cronista, a partir do seu contexto conturbado do século XIV, resgatou acontecimentos do século XIII e, a partir deles, criou representações que tornaram possível a justificação do poder real de Alfonso XI.

Além dessa discussão teórico-metodológica das fontes escritas medievais, analisaremos, na segunda parte, especificamente, os usos e abusos do cronista na escrita da *Crónica de Alfonso X*. Refletiremos sobre o modo como o autor utilizou-se da narrativa documental, disponível em sua época, na construção de um discurso histórico, que atendia diretamente às necessidades de seu contexto de legitimação do poder monárquico centralizado. Dessa forma, temos a utilização de uma narrativa

histórica, que a princípio é produto (fonte documental), e que passa a ser produtora da história, a partir da atuação do cronista como historiador do medievo.

2. História e narrativa: aspectos teóricos

Iniciamos nosso texto com essa poderosa ideia de Paul Veyne, que nos é lembrada nos escritos teóricos de Jacques Le Goff: “[...] não se pode improvisar historiadores” (Le Goff, 2003: 109). A partir dela, o leitor é alertado sobre a importância do estudo da História como uma ciência que, como tal, precisa possuir teoria e metodologia adequadas para o desenvolvimento da pesquisa. Afinal, somos nós, historiadores, a partir de nossos “treinamentos”, que temos a capacidade de formular as questões pertinentes e de interpretar as fontes de maneira adequada, de forma que evitemos os abusos da História.

Sendo assim, a partir do momento em que nos comprometemos a compreender a Idade Média pelo viés científico, é necessário possuir bases teórico-metodológicas consistentes. Neste artigo, analisamos a diferença da Narrativa enquanto produto e produtora do conhecimento histórico, mais especificamente, buscamos compreender os possíveis “abusos” da história cometidos pelo homem medieval na utilização das crônicas como um instrumento de legitimação política em Castela e Leão.

Antes de qualquer outra informação, é importante lembrarmos que toda história é uma narrativa, todo documento imagético ou escrito é uma narração. Essas afirmações, diante de um leitor que não está habituado às questões teóricas da história, podem ser um tanto quanto perturbadoras. Roger Chartier afirma, em seu livro *A Beira da falésia* (2002), que uma das razões que abalou as antigas certezas dos historiadores na primeira metade do século XX foi justamente a tomada de consciência, por parte dos próprios historiadores, de que seu discurso “é sempre uma narrativa” (Chartier, 2002: 85).

Na segunda metade do século XX, as ciências humanas e, em especial, a história, passaram por uma crise que questionava a utilização dos estruturalismos e do paradigma galileano³ nas formas de se compreender e analisar os documentos históricos. A tomada de consciência por parte dos historiadores de que toda produção histórica ocorre de forma narrativa deu início a um novo debate histórico-filosófico acerca da escrita da história enquanto ciência. Além de questionar a sua cientificidade, a afirmação de que a manifestação humana é, de uma forma ou de

³ Para Carlo Ginzburg, “[...] a história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana” (Ginzburg, 1989: 156). A história, enquanto uma ciência, possui um caráter multiparadigmático, o que a diferencia das ciências exatas, ditas galileanas, que, por sua vez, obedecem a um paradigma único.

outra, uma narrativa, levantou novos debates acerca da utilização das fontes pelos historiadores.

O desenvolvimento da Nova História Cultural, a partir da década de 1970, com autores como Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Roger Chartier, levou a história atual a ser compreendida principalmente pelo viés da cultura, que busca compreender as sociedades como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar a sua realidade. Nesse sentido, desenvolveu-se o conceito de *representação*, que colaborou para a elaboração de novas formas de se compreender as relações humanas. Criada pelos sociólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim, o conceito de representação é a forma pela qual os grupos e os indivíduos dão sentido ao meio em que vivem, são matrizes geradoras de conduta e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real (Pesavento, 2003).

De acordo com Roger Chartier (2002), as representações do mundo social são determinadas pelos grupos que as criam. Por isso, quando analisamos as representações (no caso de nosso artigo, as crônicas hispânicas medievais), é preciso nos atentarmos ao grupo social com o qual o cronista estava envolvido e qual era o seu objetivo. É válido lembrar que as representações não são neutras, nelas estão presentes “estratégias e práticas” que buscam instituir algum tipo de autoridade sobre outro grupo social, que não seja aquele a qual o seu autor pertença. Esses discursos almejam “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e consultas” (Chartier, 2002: 17).

Diante desse pensamento, analisamos as crônicas medievais, em específico, a *Crônica de Alfonso X*, como uma representação histórica. Buscamos compreender de que forma o autor da crônica utilizou-se de uma narrativa para criar uma representação que legitimasse o poder monárquico no século XIV. Sendo assim, analisaremos esse documento como um produto da realidade social, ao passo que, ao mesmo tempo, foi um produtor da realidade histórica.

De acordo com Sandra Pesavento (2002), a partir de uma análise da História Cultural, é possível compreender as narrativas como uma linguagem simbólica do homem, logo, portadoras de significados para além daquilo que é mostrado no campo visual. As narrativas são representações da realidade e, portanto, são ressignificações daqueles que analisam o seu contexto histórico. Desta forma, as narrativas emergem como frutos de um momento de criação, constituindo uma interpretação ao mesmo tempo individual, social e histórica do que foi vivido. De acordo com Chartier (2002: 94), “as representações mentais, as práticas sociais são sempre governadas por mecanismos de dependência desconhecidos pelo próprio sujeito”. É justamente devido a esses mecanismos inconscientes que devemos realizar uma análise crítica das narrativas para que, assim, seja possível diferenciar aquilo que é uma representação daquilo que é possivelmente real.

Por conseguinte, ao analisarmos as narrativas, sejam elas imagéticas ou textos escritos, é necessário recusar a sua literalidade, logo, torna-se fundamental adotar uma postura hermenêutica, para assim encontrar os significados, decifrando os sentidos de algo que não está necessariamente aparente, de modo a perceber a realidade inerente a seu período de criação. Para Sandra Pesavento, a partir das narrativas históricas, os historiadores criam uma representação do passado no presente, que constitui o tempo histórico “[...] salva o tempo que passou de cair no esquecimento, transforma o efêmero em duradouro. É a narrativa histórica o instrumento dessa salvação” (Pesavento, 2002: 117).

3. As crônicas hispânicas medievais: a ressignificação da História

A partir da perspectiva de análise apontada anteriormente, sobre a necessidade de compreender os documentos históricos assumindo uma postura hermenêutica, devemos evidenciar quais são os limites e as possibilidades do trabalho com as crônicas hispânicas medievais. Do mesmo modo, é necessário encarar esta tipologia documental como uma forma de ressignificação da história, feita pelo próprio cronista do medievo.

Nos séculos XIX e XX, como afirma Bernard Guenée ao discutir o conceito de história para o homem medieval, os historiadores acreditavam que a ciência histórica era algo novo e, assim, desconsideravam os cronistas medievais como seus antecessores. Para eles, os homens da Idade Média faziam apenas a narração de uma sequência de fatos. Todavia, ao explorar as obras históricas medievais, percebeu-se que essas obras são construções “eruditas, de que é perigoso ignorar as ambições e os limites”. De acordo com o autor, é necessário lembrar que a escrita histórica na Idade Média, ao contrário da atualidade, quase nunca foi vista como uma profissão, mas como uma atividade secundária (Guenée, 2002: 523).

Apesar disso, ao longo da Idade Média, essa atividade histórica foi se aprimorando. O caso hispânico se destaca, neste sentido, pela construção e elaboração de documentos importantes para a compreensão desse contexto. As crônicas, sobretudo de Castela e Leão, se consolidaram como forma de escrita da história, inclusive, recuperando documentos e criando ressignificações sociais.

A crônica medieval hispânica caracteriza-se como um gênero histórico-literário. Leonardo Funes, ao refletir especificamente sobre as crônicas, ressalta a necessidade de compreender de que forma o objeto é construído. Segundo o autor, é preciso pensar na relação do objeto em si com o contexto de elaboração e o do pesquisador que se propõe a recuperar esse documento (Funes, 1997: 123-124). Neste sentido, mais do que encarar os usos e interpretações das crônicas medievais

após o século XV, é preciso perceber a elaboração da crônica hispânica medieval como um instrumento de ressignificação da história.

José Luis Bermejo Cabrero afirma que a crônica medieval funciona como instrumento para a construção política e social de determinadas figuras. Temos, portanto, a necessidade do discurso histórico enquanto instrumento de ressignificação de fatos, episódios e personagens para atender uma demanda de seu tempo. Assim,

“[...] a ideia de que a reflexão histórica é um bom meio de formação política, no plano duplo do comportamento pessoal e coletivo, está muito viva no mundo político da época. O rei, se quiser ganhar em perfeição e expandir o círculo de suas virtudes pessoais, deve inspirar-se nos exemplos mais relevantes de seus predecessores, o que indicará o caminho certo a seguir (Bermejo Cabrero, 1980: 396)”⁴.

O que fica para o discurso histórico, portanto, é aquilo que o homem escolheu registrar, o que a história recupera. Como afirma Jacques Le Goff ao discutir *documento/monumento*, “[...] o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada [...] pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...]” (Le Goff, 2003: 525).

Temos, portanto, a necessidade de encarar os cronistas medievais como historiadores, embora não exercessem o ofício como profissão única e/ou primeira. A erudição dos cronistas garantia às obras não apenas a autoridade daquilo que estava sendo elaborado, mas também permitiu que se acrescentassem a estas obras compilações documentais importantes. Essa característica do historiador medieval é relevante na medida em que exige do pesquisador contemporâneo os cuidados com os silêncios, aquilo que o cronista escolheu omitir, a forma que apresenta os documentos, o diálogo e a forma narrativa (Guenée, 2006: 533).

O documento histórico – e a crônica hispânica não está isenta disso – é, de qualquer forma, uma construção social, fruto de determinadas relações, interesses e perspectivas sociais e políticas. Segundo Le Goff,

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento

⁴ [...] que en el mundo político de la época está muy viva la idea de que la reflexión histórica es un buen modo de formación política, en el doble plano de la conducta personal y colectiva. El rey, si quiere ganar en perfección y ampliar el círculo de sus virtudes personales, ha de tomar inspiración en los ejemplos más relevantes de sus antecesores, que le indicarán al recto camino a seguir (Bermejo Cabrero, 1980: 396).

Ribeiro, L. A. O.

Moretti Junior, A. J.

O homem medieval e os usos da história: a *Crónica de Alfonso X*

www.revistarodadafortuna.com

permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 2006: 535-536).”

Pontuadas as perspectivas, limites e possibilidades das crônicas medievais como documentos históricos construídos, sobretudo, na relação com seu contexto, passemos à análise da *Crónica de Alfonso X*, suas características, intencionalidades e possibilidades de pesquisa. Ao refletirmos acerca dos usos e abusos realizados pelo cronista, evidenciaremos a busca por uma legitimação política quase um século depois dos fatos narrados.

4. A construção de uma legitimação política: a *Crónica de Alfonso X*

A *Crónica de Alfonso X*, elaborada por volta de 1344, tinha por objetivo, expresso pelo cronista no prólogo da obra, o preenchimento de lacunas na história política de Castela e Leão, compreendendo os reinados de Alfonso X (1252-1284), Sancho IV (1284-1295) e Fernando IV (1295-1311) (CAX, 1998: 3). Assim como as demais crônicas medievais, esta obra do século XIV possui uma intencionalidade política não declarada pelo cronista, mas constatada pela historiografia hispânica⁵. No entanto, a questão política envolta neste documento diz respeito à sucessão real na coroa de Castela e Leão, após a morte de Alfonso X.

Antes de adentrarmos especificamente na questão da sucessão real⁶, elemento central desta nossa discussão e que caracteriza os usos e abusos por parte do cronista a fim de atender interesses de quem o contrata, retomaremos a estrutura e a construção da *Crónica de Alfonso X*. Com setenta e sete capítulos, o documento se preocupa em narrar os feitos políticos, em grande medida de Alfonso X, reservando apenas alguns capítulos ao final para os dois outros reis, Sancho IV e Fernando IV.

Definir com exatidão o autor responsável pela elaboração deste documento não é tarefa simples. Atualmente, é consenso historiográfico que o autor era alguém que cercava o monarca, atuante e participativo nos assuntos da Coroa. Manuel González Jiménez (2000: 181) sugere dois nomes: *Fernán Sánchez de Tovar* e *Fernán Sánchez de Valladolid*, e aponta que o segundo nome, por ter sido constatada sua participação nas atividades da chancelaria de Alfonso XI, tem maiores chances de

⁵ Principalmente aqueles autores que dedicaram sua vida acadêmica a estudar o reinado de Alfonso X. Dentre os principais autores hispânicos, estão: Manuel González Jiménez; Joseph O’Callaghan e Antonio Ballesteros Beretta, ambos com biografias e trabalhos específicos sobre o reinado de Alfonso X.

⁶ O que a historiografia denomina de “Dilema de Alfonso X”. Para esta discussão, ver: Pizarro (1998: 1345-1360).

ter sido o autor da *Crónica*, no entanto, isso ainda não pode ser definido com exatidão.

Inicialmente, o cronista se preocupou em narrar a morte de Fernando III (1218-1252) e a ascensão ao trono de Alfonso X (1252-1284). A partir de então, a narrativa restringiu-se às questões de ordem econômica, política e social da Coroa de Castela e à busca pela consolidação do poder exercido por Fernando III (CAX, 1998: 4-8).

Como afirma o cronista, Alfonso X preocupou-se em organizar economicamente o reino, mas também em manter os acordos políticos com os reis vizinhos que haviam sido realizados por seu pai, Fernando III, até mesmo com o reino de Granada, que permaneceu sob domínio muçulmano até 1492, mesma data que marca o fim da Reconquista. Segundo o cronista, “este rei dom Alfonso, no começo de seu reinado, firmou por tempo certo as posturas e acordos que o rei dom Fernando, seu pai, havia feito com o rei de Granada e que lhe dessem os impostos (CAX, 1998: 5)”⁷.

Esta narrativa, apresentada logo no início do texto, evidencia, por si só, a necessidade de legitimação política e de garantia da continuidade das receitas e boas relações com os monarcas vizinhos. Em suma, era preciso consolidar-se como um monarca capaz de demonstrar a força da manutenção dos domínios, sejam eles territoriais e/ou políticos.

Assim como as demais crônicas hispânicas, a *Crónica de Alfonso X* foi organizada de forma que a narrativa registrasse os feitos do monarca ano a ano, ocupando-se de dados específicos: econômicos, sociais e políticos. Apesar dos erros e problemas com os itinerários de viagens do rei, equívocos verificados e apontados pela historiografia atualmente⁸, seu caráter histórico-narrativo ganhou força e consolidou-se como forma da escrita da história hispânica medieval.

Considerar a crônica medieval uma narrativa pressupõe, neste sentido, encará-la como um uso da história pelo próprio homem medieval, ou seja, o cronista busca, por meio da narrativa, reconstruir um discurso histórico presente em documentos oficiais da Coroa de Castela, neste caso específico de análise, cartas e petições nobiliárquicas. Essa recuperação histórica, feita pelo cronista, pode ser entendida como a representação de um conjunto de significados que atuam como instrumento de legitimação do poder monárquico no século XIV.

⁷ “este rey don Alonso en el comienço de su Reynado firmó por tiempo çierto las posturas e avenençias que el rey don Fernando su padre avía puesto con el rey de Granada e que le diesen las parias (CAX, 1998: 5)”.

⁸ Principalmente pela edição da Real Academia Alfonso X el Sabio de 1998. Além de disponibilizar a edição no espanhol antigo, língua original do documento, oferece ao leitor comentários baseados em outros documentos e historiografias. Ver *Crónica de Alfonso* (1998).

Para compreender esse processo de legitimação, faz-se necessário analisar dois contextos sociais distintos. O primeiro deles, registrado no século XIII, refere-se ao momento no qual eclode a revolta dos nobres⁹, que foi amplamente documentada pelo cronista com transcrições de cartas e petições de todo o processo de negociação com o monarca. O segundo concentra-se no século XIV, durante o reinado de Alfonso XI (1312-1350), período no qual o cronista escreveu e elaborou o documento em si.

O século XIII é um período complexo para o cenário político da Península Ibérica, por se caracterizar como o momento em que a nobreza consolida seu *status* jurídico e social. É a partir de então que o grupo nobiliárquico passa a se compreender enquanto grupo atuante e fundamental para as estruturas sociais e econômicas, sobretudo, frente ao momento da Reconquista Ibérica, que fortaleceu militar e politicamente a nobreza (Moxó, 2000: 254-255).

Além dessa conscientização política da nobreza no século XIII, evidencia-se, nesse período, sua maior participação nas questões administrativas da coroa. O processo de Reconquista, experimentado até este momento, aproximou os nobres do rei e reorganizou as configurações sociais. As relações estabelecidas entre estes dois grupos impuseram a necessidade de firmar acordos, por meio das relações feudo-vassálicas e das regras da cavalaria (Gerbet, 1997: 69).

Os enfrentamentos do século XIII são frutos da diminuição das campanhas militares ligadas à Reconquista¹⁰. A redução da atividade militar foi acompanhada pela diminuição do enriquecimento dos nobres por meio das pilhagens e dos domínios dos territórios conquistados. A primeira medida de Alfonso X (1252-1284) para evitar os problemas com a nobreza foi conceder cargos na administração, o que, pelo menos de imediato, foi suficiente para manter os privilégios da nobreza. Dessa forma, “[...] quando a nobreza se levantou contra Alfonso X, em 1272, estava ainda muito longe de ser excluída do poder; o fortalecimento das instituições em benefício do rei não havia sido perturbado”¹¹ (Gerbet, 1997: 123).

Se no século XIII, com a eclosão da revolta nobiliária, o monarca enfrentava problemas com a nobreza de ordem sócio-econômicas (González Jiménez, 2004:

⁹ O trabalho com a revolta nobiliária, especificamente na *Crónica de Alfonso X*, pode ser conferido com maiores detalhes no texto de dissertação: Ribeiro (2017).

¹⁰ O termo Reconquista é objeto de estudo recorrente entre os medievalistas hispânicos. A Reconquista, ligada às disputas territoriais entre cristãos e muçulmanos, promoveu a expansão das fronteiras cristãs e garantiu poder e legitimação a Fernando III (1217-1252). Para mais informações, ver: García Fitz (2009).

¹¹ “[...] cuando la nobleza se alzó contra Alfonso X en 1272 estaba aún muy lejos de ser excluida del poder; el fortalecimiento de las instituciones en beneficio del rey no la había perturbado.” (Gerbet, 1997: 123).

240-242), durante o reinado de Alfonso XI (1312-1350), momento de elaboração do documento, existiam ainda muitos conflitos com a nobreza, o que exigiu do cronista certos cuidados ao narrar os fatos. Dessa forma, a *Crónica de Alfonso X* pode ser considerada uma ferramenta de legitimação política de um modelo de monarca, de nobreza e, por consequência, de um modelo de sociedade.

Aqui retomamos nossa proposta teórica inicial – a de analisar as narrativas cronísticas como representações. Lembramos que elas não são de forma alguma neutras, e que carregam estratégias e práticas que buscam impor uma autoridade sobre outros grupos sociais. No caso específico da *Crónica de Alfonso X*, o cronista, ao construir seu discurso no século XIV, traz consigo práticas que buscam legitimar o poder real de Alfonso XI, ao mesmo tempo em que mostra a nobreza em uma posição de subordinação ao rei. É nesse ponto que destacamos a particularidade dessa representação, pois a subordinação aqui mencionada não diz respeito a uma imposição de autoridade nas relações verticais. Percebemos que esse processo de legitimação ocorre nas relações sociais horizontais, ou seja, uma representação que buscava a estabilidade do poder dentro do mesmo grupo social, afinal, quando levamos em conta que o rei medieval e, sobretudo no caso peninsular, era um *primus inter pares*, o reconhecemos como um igual entre seus nobres. Dessa forma, o documento em questão pode ser considerado um instrumento de ressignificação da história medieval.

Maurizio Tuliani (1994: 3) ressalta que a historiografia moderna tem se preocupado não apenas com os sucessos relatados pelos cronistas, como também com a “forma em que a narração se desenvolve, na maneira de refletir o ambiente cultural em que se escreve, nas ideias políticas e religiosas que constituem o bastidor da obra”¹². A partir desta premissa de Tuliani (1994), constata-se a necessidade de compreender o que havia motivado a elaboração da crônica, em outras palavras, o bastidor da obra em questão, a *Crónica de Alfonso X*. A ressignificação feita pelo cronista do século XIV para legitimar a figura real de Alfonso XI (1312-1350) tinha relação direta com a sucessão real e com os problemas enfrentados pelo monarca com a nobreza no século XIII.

Com a ida ao Império¹³, em 1274/1275, Alfonso X (1252-1284) deixou a cargo de Fernando de La Cerda, seu filho primogênito, a administração política da Coroa. Esse dirigiu-se até a fronteira para combater os muçulmanos, que se aliaram ao rei de Granada a fim de invadir o território cristão. Nessa viagem, foi acometido

¹² “[...] forma en que la narración se desarrolla, en la manera de reflejar el ambiente cultural en que se escribe, en las ideas políticas y religiosas que constituyen el trasfondo de la obra” (Tuliani, 1994: 3).

¹³ Com o fim da revolta e a recuperação do apoio dos nobres, Alfonso X tentou empreender uma viagem em busca dos direitos de coroação como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, por considerar-se herdeiro direto ao cargo. Ver: González Jimenez (2004: 111-120).

Ribeiro, L. A. O.

Moretti Junior, A. J.

O homem medieval e os usos da história: a *Crónica de Alfonso X*

www.revistarodadafortuna.com

por uma doença e faleceu em 1275, em Villa Real (O’Callaghan, 1999: 282). Segundo a narrativa da *Crónica de Alfonso X*:

“E estando o infante dom Fernando naquela vila, adoeceu de grande doença. E tendo se queixado da morte falou com dom Juan Núñez e pediu muito fortemente que ajudasse e fizesse de maneira que dom Alfonso, filho deste infante dom Fernando, herdasse os reinos depois dos dias do rei dom Alfonso, seu pai. [...] E dom Juan Núñez prometeu que cumpriria segundo o que dom Fernando lhe mandou. E logo este infante dom Fernando morreu [...] (CAX, 1998: 184)”¹⁴.

Com a morte do primogênito castelhano-leonês, o segundo filho de Alfonso X (1252-1284), Sancho, apresenta-se como sucessor para administrar a Coroa, apesar da insatisfação do rei Sábio e do próprio infante Fernando de La Cerda que, segundo o cronista, antes de sua morte, havia expressado preocupação em relação ao fato de que a sucessão real de Castela e Leão fosse entregue ao seu filho, Alfonso (Pizarro Dias, 1998: 1350).

Alinhado com os interesses da nobreza castelhana-leonesa e contando com o apoio militar nas fronteiras para enfrentar os inimigos, Sacho IV (1284-1295) articulou sua candidatura ao trono e passou a se colocar à frente dos assuntos, a fim de assumir a Coroa após a morte de seu pai (Pizarro Dias, 1998: 1350-1351). Todavia, a questão sucessória é passível de discussão não apenas no campo narrativo baseando-se na *Crónica de Alfonso X*, mas também nos documentos jurídicos. Joseph O’Callaghan (1999: 284-285) pontua os conflitos entre as versões das *Siete Partidas*¹⁵, que regulamentava a questão das heranças e, para o caso do monarca, da sucessão real. Segundo a documentação,

“E dom Sancho falou logo com os ricos homens e cavaleiros que estavam ali e disse-lhes que ele se tornara filho maior, herdeiro depois dos dias de seu pai, que queria ir defender as terras, e que lhes rogava e mandava que fossem com ele. E todos outorgaram que lhe fariam muita

¹⁴ “Et estando el infante don Ferrando en aquella villa, adolesció de grant dolencia. Et veyéndose quejado de la muerte, fabló con don Juan Núñez e rogól mucho afincadamente que ayudase e fiziese en manera que don Alfonso, fijo deste infante don Ferrando, heredase los regnos después de días del rey don Alfonso su padre. [...] Et don Juan Núñez prometió que lo cunpliría segunt que don Ferrando gelo mandó. Et luego este infante don Ferrando finó [...] (CAX, 1998: 184)”

¹⁵ Corpo de leis redigido sob o comando de Alfonso X, o Sábio, e que enfrentou resistência da nobreza na prática. Apesar de apresentar um conteúdo um pouco mais filosófico do que técnico, o prólogo da obra indica que era um conjunto de leis a serem seguidas.

honra, muitos ficaram desanimados pela morte de dom Fernando (CAX, 1998: 186)”¹⁶.

O cronista segue a narrativa expondo a solicitação de apoio de Sancho IV (1284-1295) para a manutenção das fronteiras e para a guerra. Além disso, a *Crónica* passa a narrar as medidas e as providências tomadas pelo infante para assumir os assuntos da Coroa, principalmente no que tange à questão militar. A narrativa cronística, portanto, mostra uma nobreza que não só apoiou Sancho IV, como também buscou articular seu futuro reinado com Alfonso X (1252-1284), tentando convencê-lo de que o infante faria boas coisas às pessoas (CAX, 1998: 190-191).

“E que o infante dom Sancho que era o mais velho de seus irmãos e aquelas pessoas todas ali reunidas, que fossem a sua disposição e tivesse por bem de mandar que lhe fizessem homenagens por tê-lo como rei depois de seus dias e enviassem mandar a todos os conselhos, de todas as cidades e vilas de seu reino que enviassem seus procuradores com poder certo para isso (CAX, 1998: 190)”¹⁷.

Todo este cenário de busca pela legitimação real de Sancho IV (1284-1295), amplamente discutido nas fontes e objeto de inúmeros trabalhos da historiografia, justifica diretamente a necessidade de legitimação da linha sucessória de Alfonso XI (1312-1350), neto e sucessor direto deste “desvio sucessório”. Esta legitimação passa não apenas pela simples narrativa do cronista, mas evidencia a participação da nobreza na busca pela ascensão do secundogênito ao trono castelhano-leonês. Além disso, o monarca, no século XIV, enfrenta problemas econômicos no reino e recorrentes conflitos com a nobreza, principal grupo político e econômico na manutenção do poder real.

Notadamente, os registros dos problemas econômicos enfrentados por Alfonso X (1252-1284), logo no início da *Crónica de Alfonso X*, revelam também as dificuldades enfrentadas no século XIV sob o reinado de Alfonso XI (1312-1350), principalmente no que diz respeito à escassez de alimentos, à alta dos preços, aos valores dos alimentos e ao comportamento indisciplinado da nobreza que gerou conflitos violentos (Martínez, 2000: 185).

¹⁶ “E don Sancho fabló luego con los ricos omnes et caualleros que eran allí llegados e díxoles que pues él fincaua fijo mayor heredero después de días de su padre, que quería yr defender la tierra, e que les rogaua e mandaua que fuesen con él. Et todos otorgaron que lo farían mucho de talante, ca muchos estauan desmayados por la muerte de don Ferrando (CAX, 1998: 186)”.

¹⁷ “Et que pues el infante don Sancho que era mayor de sus fijos hermanos e aquellas gentes allí eran todos ayuntados, que fuese la su merçet e touiese por bien de mandar que le fiziesen omenaje de lo auer por rey después de sus días et enbiase mandar a todos los conçeijos de todas las çibades e villas del su regno que enbiasen sus procuradores con poder cierto para esto”.

Quando analisado o cenário econômico e social de Castela e Leão no século XIV, evidencia-se um processo de crise iniciado ainda no século XIII, mas que se estende no tempo e agrava-se em meio aos enfrentamentos com a nobreza empreendidos por Alfonso XI (1312-1350) (Sanchez-Arcilla Bernal, 1995: 15).

Ao trabalhar com a política matrimonial sob o reinado de Alfonso XI, Alejandra Recuero Lista esclarece alguns pontos do cenário político, econômico e social, evidenciando os problemas sucessórios na Coroa de Castela desde o reinado de Alfonso X. A morte de Fernando IV e a menoridade de Alfonso XI, em 1311, despertaram cada vez mais a busca pelo poder por parte da nobreza fortalecida, que assumiu, nestas condições, o cenário político da Coroa (Recuero Lista, 2014: 152).

O projeto de unificação jurídica e a busca pela centralização do poder monárquico empreendido por Alfonso X (1252-1284) aumentaram ainda mais as tensões existentes entre o rei e a nobreza. Esta instabilidade política na Coroa de Castela é, portanto, fruto do século XIII, mas foi ainda mais agravada com os constantes enfrentamentos que se prolongaram até o século XIV, sob o reinado de Alfonso XI (1312-1350) (Sanchez-Arcilla Bernal, 1995: 12).

O século XIV, assim como o século XIII, para a Península Ibérica, é um momento de intensas mudanças estruturais na sociedade e nas relações de poder. Em meio às convulsões sociais do século XIV, tais como: enfrentamento nobiliário, guerra civil, derrotas militares, peste e os constantes problemas com os mouros, a nobreza medieval tem de enfrentar ainda o que Salvador de Moxó (2000: 343) chamou de debilitação biológica, que levou ao fim de algumas linhagens da nobreza velha, observado principalmente pela diminuição demográfica verificada neste momento.

José Sanchez-Arcilla Bernal expõe que os enfrentamentos entre a nobreza e a monarquia em Castela e Leão foram sempre muito intensos. Segundo o autor,

“Durante a menoridade [de Alfonso XI], como tivemos oportunidade de ver, infantes e magnatas disputaram a tutoria - o poder - do jovem rei e somente a intervenção de dona Maria de Molina evitou que Castela sangrasse em uma guerra civil. [...] Moxó concretizou com precisão quais foram as linhas mestras da política régia a respeito da nobreza durante o reinado de Alfonso XI. Esta se caracterizou, em primeiro lugar, por uma atitude de prevenção do monarca frente aos homens ricos das velhas linhagens castelhanas. Em segundo lugar - e consequência do fenômeno anterior - há que se destacar a remoção dessa velha nobreza em favor de novas linhagens, até esse momento de segunda ordem, que se mostra abertamente partidário da política régia. [...] Não se tratava de uma luta contra a essência do regime senhorial, uma das estruturas básicas da sociedade castelhana durante a baixa Idade Média, mas, sim, contra as

Ribeiro, L. A. O.

Moretti Junior, A. J.

O homem medieval e os usos da história: a *Crónica de Alfonso X*

www.revistarodadafortuna.com

grandes famílias que pretendiam tomar esferas de poder da instituição monárquica. (Sanchez-Arcilla Bernal, 1995: 181-182)¹⁸.

Este excerto expõe, portanto, a configuração social dos poderes em Castela e Leão durante o reinado de Alfonso XI (1312-1350). A participação nobiliária durante as tutorias pela menoridade do monarca inflamou ainda mais os grupos que cercavam a casa real. Se recolocarmos a elaboração da *Crónica de Alfonso X* em seu contexto de elaboração, baseando-se em todas as questões pontuadas até o presente momento, visualizamos a necessidade de se fazer uso da história castelhano-leonesa por parte do monarca para garantir poder, domínios e supremacia frente aos nobres.

Assim que teve sua maioria consolidada, Alfonso XI (1312-1350) assumiu a coroa. O cenário não era favorável ao monarca, pois havia se instalado uma crise econômica, o processo de Reconquista havia sido paralisado, além disso, os enfrentamentos em guerras e conflitos pontuais eram cada vez mais comuns (Sanchez-Arcilla Bernal, 1995: 11). A diminuição da atividade reconquistadora, principalmente, incomodava muito a nobreza, que passou a deixar de receber privilégios e terras e, por consequência, ter seu poder limitado.

Podemos retomar, portanto, os usos que o cronista faz dos relatos históricos do século XIII, não só dos registros escritos das negociações da revolta dos nobres recuperados na *Crónica*, mas também de toda a memória construída ao longo do tempo, que permitiu os registros sobre os feitos de Alfonso X (1252-1284), os problemas enfrentados e a questão sucessória. Dessa forma, evidenciam-se os usos da narrativa histórica, feitas pelo cronista medieval ainda no século XIV, acerca de um contexto político bastante complexo, apoiando-se, principalmente, nas disputas sociais.

5. Conclusão

Ao trabalhar os aspectos teórico-metodológicos acerca das relações entre história, narrativas e as crônicas medievais, evidenciamos a necessidade de

¹⁸ “Durante la minoría, como tuvimos ocasión de ver, infantes y magnates se disputaron la tutoría -el poder del joven rey y sólo la intervención de doña María de Molina evitó que Castilla se desangrara en una guerra civil. [...] Moxó ha concretado con precisión cuales fueron las líneas maestras de la política regia respecto a la nobleza durante el reinado de Alfonso XI. Esta se caracterizó, en primer lugar, por una actitud de prevención del monarca hacia los ricoshombres de los viejos linajes castellanos. En segundo lugar -y consecuencia del fenómeno anterior- hay que destacar la remoción de esa vieja nobleza en favor de nuevos linajes, hasta ese momento de segunda fila, que se muestran abiertamente partidarios de la política regia. [...] No se trataba de un lucha contra la esencia del régimen señorial, una de las estructuras básicas de la sociedad castellana bajomedieval, sino contra las grandes familias que pretendían arrebatarse esferas de poder a la institución monárquica (Sanchez-Arcilla Bernal, 1995: 181-182)”.

compreender o documento histórico como um objeto múltiplo, que precisa ser contextualizado e que, direta ou indiretamente, atende a interesses e responde a anseios de determinadas sociedades.

A *Crónica de Alfonso X* exerceu um papel importante em seu contexto de elaboração. Além das contribuições das compilações documentais trazidas pelo autor, no século XIV, o documento exerce um papel legitimador não só de um projeto centralizador do poder, mas também justifica, como dissemos, a quebra na lei da primogenitura, assistida com Sancho IV assumindo a coroa de Castela quando Alfonso X morre.

Este episódio, conhecido como o “dilema de Alfonso X,” e registrado pela *Crónica* de forma a evidenciar a participação de Sancho e o apoio da nobreza em seu nome, expõe o caráter ideológico assumido pelo cronista para narrar os fatos e garantir ao monarca do século XIV certa legitimação política. A partir da escrita da narrativa, o cronista, com seu discurso, constrói uma representação capaz de ressignificar e legitimar o poder nos reinos de Castela e Leão.

Referências

Fonte

Crónica de Alfonso X (1998). Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio.

Bibliografia

Bermejo Cabrero, J. L. (1980). Orígenes del oficio de cronista real. *Hispania – Revista Española de Historia*. Madrid, n. 145, 395-409.

Chartier, R. (2002). *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS.

Chartier, R. (2002). *A história cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel.

Funes, L. (1997). Las Crónicas como objeto de estudio. *Revista de poética medieval*, 1, 123-144, Buenos Aires. Disponível em: <http://dspace.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/4285/Las%20Cr%C3%B3nicas%20como%20Objeto%20de%20Estudio.pdf?sequence=1> Acessado em: 19/04/2014.

García Fitz, Francisco. (2009). La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, 6. 149-215 Disponível em: https://www.durango-udala.net/portalDurango/RecursosWeb/DOCUMENTOS/1/3_1945_7.pdf Acessado em: 11/12/2016.

- Gerbet, M-C. (1997). *Las noblezas españolas en la Edad Media: siglos XI-XV*. Madrid: Alianza.
- González Jiménez, M. (2004). *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Guenée, B. (2006). História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. (pp. 523 – 536). Vol. I. Bauru, SP: Edusc.
- Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Martínez, P. (2000). La imagen del monarca en la Crónica de Alfonso X. *Actas del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas*. Madrid. Disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/13/aih_13_1_027.pdf. Acessado: 08/02/2013.
- Moxó, S. (2000). *Feudalismo, señorío y nobleza en la Castilla medieval*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- O’Callaghan, J. (1999). *El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla, Universidade de Sevilla.
- Pesavento, S. J. (2003). *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pesavento, S. (2008). O mundo da imagem: território da história cultural. In: Pesavento, Sandra; Santos, Nádia Maria Weber; Rossini, Miriam de Souza (orgs.). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. (pp. 99-122). Porto Alegre: Asterisco.
- Pizarro Dias, N. (1998). O dilema de Alfonso X. *Revista da Faculdade de Letras*. História, série II, vol. 15, nº. 2, 1345-1360. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4061.pdf> Acessado: 08/02/2013.
- Recuero Lista, A. (2014). La política matrimonial durante o reinado de Alfonso XI de Castilla. *Estudios Medievales Hispánicos*, 3, 151-172. Disponível em: https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/661936/emh_3_5.pdf?sequence=1 Acesso em: 02/ 03/ 2016.

Ribeiro, L. A. O.
Moretti Junior, A. J.
O homem medieval e os usos da história: a *Crónica de Alfonso X*
www.revistarodadafortuna.com

Ribeiro, L. A. O. (2017). *Rei versus nobreza: a revolta nobiliária de 1272/1273 na Crónica de Alfonso X*. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

Sánchez-Arcilla Bernal, J. (1995). *Alfonso XI (1312-1350)*. Palência: Editorial La Olmeda.

Tuliani, M. (1994). La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio. *Stud. Hist., Hª mediev.*, 12, 3-23. Disponível em: http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_e_n_un_manuscrito_.pdf Acessado: 01/01/2013.

Recebido: 30 de outubro de 2017

Aprovado: 16 de fevereiro de 2018